

Veto Parcial nº 030/11

AO EXPEDIENTE



Recebido, Autue-se e Inclua em pauta.
20 SET 2011
1º Secretário

ESTADO DE RONDÔNIA

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

20 SET 2011

MENSAGEM N. 180, DE 15 DE SETEMBRO DE 2011.

Processo

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA:

Com amparo no artigo 42, § 1º, da Constituição do Estado, impõe-me o dever de informar a Vossas Excelências, que vetei parcialmente o Projeto de Lei de iniciativa dessa Egrégia Assembleia Legislativa que “Altera incisos do artigo 17 e acrescenta parágrafo ao artigo 9º da Lei nº 1.861, de janeiro de 2008, para isentar de taxas a atividade de piscicultura em áreas de até 5,0 hectares e de qualquer licenciamento em áreas antropizadas ou consolidadas”, encaminhado a este Executivo com a Mensagem n. 281/2011, de 24 de agosto de 2011.

Senhores Deputados, o veto parcial ao texto abrange o § 2º do artigo 9º, da Lei n. 1.861, de 2008, o qual o artigo 2º do presente Projeto de Lei tem por objetivo alterá-lo, a seguir transcrito, justificado e fundamentado:

“Art. 2º.”

“Art. 9º.”

§ 2º. Com exceção do represamento de água em cursos de rios e igarapés que impeça o fluxo contínuo da corrente d’água, ficam dispensadas de qualquer licenciamento, acompanhamento ou relatório técnico as atividades de piscicultura desenvolvidas em áreas antropizadas ou consolidadas, bem como tanques e represamento de águas utilizadas como bebedouros.”

A Resolução CONAMA n. 413/2009, também permite o funcionamento de fonte de espécie originada da aquicultura, como é a hipótese da piscicultura, largamente difundida em nosso Estado de Rondônia, sem que, para tanto, seja necessário o prévio licenciamento ambiental.

Nesse sentido, o permissivo contido na mencionada Resolução assim assegura:

“Art. 7º Os empreendimentos de pequeno porte e que não sejam potencialmente causadores de significativa degradação do meio ambiente poderão, a critério do órgão ambiental licenciador, desde que cadastrados nesse órgão, ser dispensados do licenciamento ambiental.”

Não obstante a essa permissão conferida pelo legislador infraconstitucional federal, mas em relação a possibilidade aberta por esse Legislativo, quanto à não-obrigatoriedade do licenciamento ambiental para empreendimentos instalados em áreas já antropizadas, ao contrário da regra contida no *caput* do artigo 9º da Lei n. 1.861, de 2007, que de sua vez prevê a necessidade de licença ambiental para qualquer empreendimento na área de aquicultura, seja ele de pequeno, médio ou grande porte, e esteja inserido em que área for, a princípio não guarda qualquer ilegalidade, até porque a isenção dessa obrigação beneficiará tão somente aqueles empreendedores que estiverem em área já antropizada ou consolidada, entretanto, a regra instituída pela União Federal estabelece que somente aqueles empreendimentos de pequeno porte e que não sejam causadores de significativa degradação do meio ambiente, e que poderão ser dispensados de licenciamento.

RECEBIDO
19 SET, 2011
Wilma
Servidor(nome legível)



021

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

Na hipótese em questão, infere-se que os empreendimentos que poderão ser alvo de dispensa do licenciamento, não importa a sua dimensão, desde que inseridos em áreas já antropizadas ou consolidadas, beneficiando-se, ainda, do direito de não serem alvo de qualquer monitoramento, já que também serão dispensados de acompanhamento, de apresentação de RCA, entre outros, etc, conforme o texto apresentado.

Como já explicado anteriormente, o Estado poderá criar sua própria legislação, porém não poderá ampliar o alcance das normas já definidas sobre o assunto pela União Federal, e na espécie presente, entendo que a inserção prevista no § 2º do artigo 9º, da Lei n. 1.861, de 2007, não definindo o porte do empreendimento e isentando aqueles que autorizam de qualquer monitoramento ambiental, viola a regra contida no artigo 7º da Resolução CONAMA n. 413/2009, reguladora da matéria no âmbito federal, estadual ou municipal, já que o CONAMA é que tem competência para definir os parâmetros das questões ambientais em regra geral, daí porque sou favorável ao veto do dispositivo em questão.

Certo de ser honrado com a elevada compreensão de Vossas Excelências e, conseqüentemente, com a pronta aprovação do mencionado veto parcial, antecipo sinceros agradecimentos pelo imprescindível apoio, subscrevendo-me com especial estima e consideração.

Assinatura manuscrita de Confúcio Aires Moura.

CONFÚCIO AIRES MOURA
Governador